

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE SÃO PAULO
JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES
COMARCA E FORO DE FRANCA
AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, Nº. 2650, RECANTO DO ITAMBÉ, FRANCA/SP
Fone: (16) 2103-9163 – franca2fam@tjsp.jus.br

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

O(A) Excelentíssimo(a) Sr.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Família e das Sucessões da Comarca de Franca, Estado de São Paulo.

FAZ SABER A QUANTOS O PRESENTE VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM E INTERESSAR POSSA, com fulcro nos arts. 879 ao 903, do CPC (Lei nº 13.105/15), regulamentado pela Resolução CNJ 236/2016 e seguintes da Normas de Serviços da Corregedoria Geral do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que o Leiloeiro nomeado, **RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA**, matriculado na JUCESP sob n.º 732, levará a público para venda e arrematação, o bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir:

PROCESSO Nº. 0010473-05.2024.8.26.0196 – CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA

EXEQUENTE: M. LOPES & F. CASTRO SOCIEDADE DE ADVOGADOS

EXECUTADO: MELISSA BOVE GARCIA

TERCEIRO INTERESSADO: DANIEL BORGES MACHADO

DATAS E HORÁRIOS: Haverá o início da captação de lances para o **1º LEILÃO no dia 02/09/2026 a partir das 14:00 horas, com encerramento dia 04/09/2026 às 14:00 horas**, quando somente serão aceitos lances por preço igual ou superior ao valor da avaliação; não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação, seguir-se-á sem interrupção o **2º LEILÃO**, que terá início no dia **04/09/2026 a partir das 14:01 horas, com encerramento dia 25/09/2026 às 14:00 horas**, quando serão aceitos lances pelo maior lance oferecido, não inferior a 40% (quarenta por cento) do valor da avaliação, **exceto nos casos em que há reserva de quota parte do coproprietário ou determinação judicial de reserva de meação**. Para cada lance recebido a partir dos 03 minutos finais ao fechamento do leilão, serão acrescidos 03 minutos a partir do horário do recebimento do último lance ofertado para o término do leilão.

REPASSE: Os bens não arrematados serão disponibilizados novamente em repasse, em **até 15 minutos** após o encerramento do 2º leilão, com **duração de 01:00 hora**, após o término do pregão de todos os lotes que compuserem o leilão. Durante a hora adicional (repasse) observar-se-ão, para realização de lances, as mesmas regras estipuladas para o 2º (segundo) leilão.

LOCAL: Os leilões, serão realizados na modalidade **ELETRÔNICO**, através do site: **www.rigolonleiloes.com.br**.

DÉBITOS DA AÇÃO: R\$ 177.489,51 (cento e setenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e cinquenta e um centavos), em 11 de março de 2026, de acordo com a planilha de cálculo juntada de fls. 777. A atualização dos débitos vencidos e vincendos, até a sua integral satisfação, fica a encargo do exequente disponibilizar nos autos.

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE SÃO PAULO
JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES
COMARCA E FORO DE FRANCA
AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, Nº. 2650, RECANTO DO ITAMBÉ, FRANCA/SP
Fone: (16) 2103-9163 – franca2fam@tjsp.jus.br

DO(S) BEM(NS):

ITEM 01) UM TERRENO, situado na cidade de Franca-SP, 1º Subdistrito, no loteamento denominado Prolongamento do Jardim Ângela Rosa II, composto de parte do lote nº 11 da quadra A, designado área B, assim descrito: possui 125,00m², medindo 5,00 metros de frente para a Rua Augusto Victor Engholm; 5,00 metros ao fundo confrontando com a parte do lote nº 29; 25,00 metros do lado direito confrontando com parte do lote nº 11 da quadra A, designado Área A e 25,00 metros do lado esquerdo confrontando com o lote nº 10.

Obs.: Conforme av.02 da matrícula imobiliária, no imóvel foi construído um prédio residencial que recebeu o nº 3476 de frente para a rua Augusto Victor Engholm, com área construída de 95,88m². Conforme avaliação trata-se uma casa de moradia, de alvenaria, térrea, contendo instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias simples/completas, apresentando cerca de 96,00m², cadastrada e concluída no ano de 2.022, esquadrias de madeira, ferro, alumínio e vidro temperado, revestimentos impermeáveis no piso, paredes da cozinha e banheiros, apresentando seus cômodos disposto em abrigo gourmet, com piscina, sala estar conjugada com cozinha, hall de circulação íntimo, banheiro social e dois dormitórios, sendo um tipo suíte. Foi registrado fissuras do tipo horizontal no imóvel, áreas com vestígios de ação de umidade, danos forro. Imóvel cadastrado na Prefeitura Municipal sob o nº 4.11.11.021.44.00 e matriculado sob o nº 115.998 no 1º Cartório de Registro de Imóveis de Franca/SP, avaliado em R\$ 378.800,00 (trezentos e setenta e oito mil e oitocentos reais), em 02 de abril de 2025.

LANCE MÍNIMO: R\$ 265.160,00 (duzentos e sessenta e cinco mil, cento e sessenta reais).

Em caso de arrematação, deverá ser resguardada a parte cabente a coproprietária, correspondente a 50%, calculado sobre o valor da avaliação, nos termos do artigo 843, §2º, do CPC.

ITEM 02) UM TERRENO, situado na cidade de Franca-SP, 1º Subdistrito, no loteamento denominado Prolongamento do Jardim Ângela Rosa II, composto de parte do lote nº 10 da quadra A, designado área A, assim descrito: possui 125,00 m², medindo 5,00 metros de frente para a Rua Augusto Victor Engholm; 5,00 metros ao fundo confrontando com o lote nº 30; 25,00 metros do lado direito confrontando com parte do lote nº 10 da quadra A, área B e 25,00 metros do lado esquerdo confrontando com o lote nº 09. **Obs.:** Conforme avaliação o imóvel possui uma casa de moradia, de alvenaria, térrea, contendo instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias simples/completas, apresentando cerca de 96,00m², INACABADA, falta concluir a piscina, rede elétrica e hidráulica, pintura, esquadrias, acessórios hidráulicos, calçada, etc, apresentando seus cômodos disposto em abrigo gourmet, com piscina, sala estar conjugada com cozinha, hall de circulação íntimo, banheiro social e dois dormitórios, sendo um tipo suíte (benfeitoria não averbada na matrícula imobiliária). Imóvel cadastrado na Prefeitura Municipal sob o nº 4.11.11.021.10.00 e matriculado sob o nº 120.092 no 1º Cartório de Registro de Imóveis de Franca/SP, avaliado em R\$ 316.624,00 (trezentos e dezesseis mil, seiscentos e vinte e quatro reais), em 02 de abril de 2025.

LANCE MÍNIMO: R\$ 221.636,80 (duzentos e vinte e um mil, seiscentos e trinta e seis reais e oitenta centavos).

Em caso de arrematação, deverá ser resguardada a parte cabente a coproprietária,

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE SÃO PAULO
JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES
COMARCA E FORO DE FRANCA
AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, Nº. 2650, RECANTO DO ITAMBÉ, FRANCA/SP
Fone: (16) 2103-9163 – franca2fam@tjsp.jus.br

correspondente a 50%, calculado sobre o valor da avaliação, nos termos do artigo 843, §2º, do CPC.

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Conforme descrição acima.

AVALIAÇÃO TOTAL: R\$ 695.424,00 (seiscentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e vinte e quatro reais).

LANCE MÍNIMO TOTAL: R\$ 486.796,80 (quatrocentos e oitenta e seis mil, setecentos e noventa e seis reais e oitenta centavos).

DEPOSITÁRIO(A): MELISSA BOVE GARCIA.

ÔNUS: Item 01) Constan débitos na Prefeitura Municipal (Exercícios 2022 à 2025) no valor total de R\$ 3.355,84 em 18/06/2025; Av.04 – Penhora nos autos nº 0010473-05.2024.8.26.0196 (PRESENTE PROCESSO), em favor de M. LOPES & F. CASTRO SOCIEDADE DE ADVOGADOS, em trâmite na 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Franca-SP; Outros eventuais constantes na Matrícula Imobiliária; **Item 02)** Constan débitos na Prefeitura Municipal (Exercícios 2022 à 2025) no valor total de R\$ 903,09 em 18/06/2025; Av.02 – Penhora nos autos nº 0010473-05.2024.8.26.0196 (PRESENTE PROCESSO), em favor de M. LOPES & F. CASTRO SOCIEDADE DE ADVOGADOS, em trâmite na 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Franca-SP; Outros eventuais constantes na Matrícula Imobiliária.

O arrematante declara estar ciente de que, além de possíveis ônus perante o CRI local, poderá haver outras restrições judiciais originárias de outras Varas, que poderão causar morosidade na transferência do bem perante o CRI. Fica desde já ciente o arrematante que é responsável pela verificação de todos e quaisquer ônus que recaiam sobre o imóvel, pois poderá ocorrer novas inclusões após a confecção do edital de leilão e sua realização. Os impedimentos para registro do imóvel, devem ser informados via petição ao Exmo. Juiz que preside o processo, para que oficie as Varas e o CRI para as devidas baixas. O modelo de petição poderá ser obtida junto a equipe do(a) Leiloeiro(a). **BAIXA PENHORAS, DEMAIS ÔNUS E TRIBUTOS:** Com a venda no leilão, caso haja penhoras, arrestos, indisponibilidades, e/ou outros ônus que gravem a matrícula, o bem será leiloado livre e desembaraçado de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de entrega, conforme artigos 903, § 5º, inclusive os débitos de natureza propter rem, conforme artigo 908, § 1º, ambos do CPC/2015. Débitos de IPTU, serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do art. 130, “caput” e parágrafo único, do CTN. Correrão por conta do arrematante, as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte, transferência patrimonial dos bens arrematados e diligências do Oficial de Justiça, se houver. Além disso, tratando-se de direitos sobre imóvel alienado fiduciariamente, os débitos decorrentes da baixa da hipoteca e da alienação fiduciária são de responsabilidade do arrematante (artigo 14, da Lei 6.015/1973). Conforme disposto no art. 40 do Decreto-Lei nº 21.981/32, que regulamenta a profissão da leiloaria e o art. 653 do Código Civil, a atuação do Leiloeiro Oficial ocorre por mandato, ou seja, apenas realiza a intermediação da oferta dos bens, conforme as regras determi-

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE SÃO PAULO
JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES
COMARCA E FORO DE FRANCA
AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, Nº. 2650, RECANTO DO ITAMBÉ, FRANCA/SP
Fone: (16) 2103-9163 – franca2fam@tjsp.jus.br

nadas pelo juízo responsável pelo processo e as características certificadas nos autos. Portanto o leiloeiro oficial não se enquadra nas condições de fornecedor, intermediário, ou comerciante, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro, não se sujeitando, ainda, às normas do Código do Consumidor, por não se tratar a compra em leilão judicial de relação de consumo. Por este motivo, não cabe qualquer responsabilização deste(a) profissional quanto a demora na posse ou transferência do(s) bem(ns) arrematado(s), divergências entre as características encontradas nos bens recebidos em relação às características constantes em edital, vícios ocultos, emissão de documentos, baixas de restrições ou outras questões que recaiam sobre a arrematação. **HIPOTECA:** Eventual gravame de hipoteca extingue-se com a arrematação, assim, nada será devido pelo arrematante ao credor hipotecário (art. 1.499, VI do Código Civil). **MEACÃO:** Nos termos do Art. 843, do CPC/2015, tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem. É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições. **IMÓVEL OCUPADO:** A desocupação do imóvel será realizada mediante expedição de Mandado de Imissão na Posse que será expedido pelo M.M. Juízo Comitente.

DIREITO DE PREFERÊNCIA: Nos termos do artigo 1.322 do Código Civil, quando a coisa for indivisível e os consortes não quiserem adjudicá-las a um só, indenizando os outros, será vendida e repartido o apurado, preferindo-se, na venda, em condições iguais de oferta, o condômino ao estranho, e entre os condôminos aquele que tiver na coisa, benfeitorias mais valiosas, e, não as havendo, o de quinhão maior.

Assim, para que **QUEM TIVER DIREITO** (art. 892 § 2º e 3º, 843 § 2º, ambos do Código Processo Civil) possa exercer o direito de preferência dos bens leiloados, deverão, de modo prévio, cadastrar-se e solicitar habilitação no site **www.rigolonleiloes.com.br**. Ao efetuar o cadastro e habilitação, informar a **CONDIÇÃO DE PREFERÊNCIA** do bem, para poder, se quiser, exercer referido direito; fornecer as informações e documentos requisitados, e aderir as regras do gestor. **O TERCEIRO que, não seguir este procedimento não estará habilitado a exercer o direito de preferência.** Respeitadas as regras do **DIREITO DE PREFERÊNCIA**, havendo licitante em cada lote, seja no 1º ou no 2º leilão, caberá ao **TERCEIRO**, se desejar, **no tempo disponibilizado pelo sistema gestor para que os lances sejam cobertos por outros interessados**, exercer o direito de preferência, **ao menos igualando ao maior lance e forma de pagamento ofertada.**

LEILOEIRO: O Leilão estará a cargo do Leiloeiro Oficial ora nomeado, **RODRIGO APARECIDO RIGOLON DA SILVA**, matriculado na JUCESP sob n.º 732, com suporte técnico e utilização da Plataforma Leilões Judiciais (Leiloesjudiciais.com.br).

COMO PARTICIPAR DO LEILÃO: Quem pretender arrematar ditos bens, deverá efetuar cadastro prévio, no prazo de 24 horas de antecedência do leilão, através do site **www.rigolonleiloes.com.br**, devendo, para tanto, os interessados, aceitar os termos e condições informados no site. Veja no site do Leiloeiro Oficial a relação de documentos necessários para efetivação do cadastro. Fica o Leiloeiro autorizado a requisitar dos lici-

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE SÃO PAULO
JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES
COMARCA E FORO DE FRANCA
AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, Nº. 2650, RECANTO DO ITAMBÉ, FRANCA/SP
Fone: (16) 2103-9163 – franca2fam@tjsp.jus.br

tantes referências bancárias, idoneidade financeira e demonstrar inexistência de restrição em registro de cadastro de proteção ao crédito.

Ficam desde já cientes os interessados de que os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de insucesso do mesmo por qualquer ocorrência, tais como, na conexão de internet, no funcionamento do computador, na incompatibilidade de software ou quaisquer outras ocorrências. Desse modo, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação posterior.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL: O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do Leiloeiro www.rigolonleiloes.com.br, e também no site de publicações e consultas de editais de leilão PUBLICJUD, www.publicjud.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC/2015.

PAGAMENTO DE FORMA À VISTA: A arrematação far-se-á mediante pagamento à vista do preço pelo arrematante através de guia de depósito judicial (emitida pelo Leiloeiro), no prazo de 24 horas da realização do leilão (art. 884, inciso IV, do CPC/2015).

ARREMATACÃO PELO CREDOR: Se o exequente arrematar o bem e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão à custa do exequente (art. 892, §1º, do CPC/2015). Na hipótese de arrematação com crédito, o exequente ficará responsável pela comissão devida ao Leiloeiro.

COMISSÃO DO LEILOEIRO EM CASO DE ARREMATACÃO:

A comissão devida ao Leiloeiro será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, não se incluindo no valor do lance (art. 7 da Resolução 236/2016 - CNJ), que será efetuada pelo arrematante no prazo de 24 horas da realização do leilão, em conta fornecida via e-mail após o encerramento do leilão eletrônico. Consumada a arrematação, no caso de desistência por parte do arrematante, nos termos do art. 903, § 6º, do CPC/2015, a comissão do Leiloeiro será a este Leiloeiro devido.

Caso o arrematante não realize o pagamento do lance ofertado e da comissão, será devida pelo arrematante em favor do Leiloeiro a comissão conforme previsão em edital de leilão, Decreto de Lei 21.981/1932 e Resolução 236/2016 do CNJ. Verificado o não pagamento, o Leiloeiro cobrará judicialmente o valor devido, em razão do trabalho por ele realizado, valendo o lance registrado em banco de dados como título executivo.

Fica ciente o arrematante inadimplente que fraudar o leilão é crime previsto no artigo 358 do Código Penal e o Magistrado poderá determinar aplicação de multa e demais medidas judiciais previstas em Lei.

CANCELAMENTO/SUSPENSÃO DO LEILÃO MOTIVADOS POR ADJUDICAÇÃO, REMIÇÃO OU ACORDO APÓS A PUBLICAÇÃO DO EDITAL:

I - Caso haja adjudicação, será devido ao Leiloeiro Oficial, o importe de 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação do bem adjudicado, a ser pago pelo adjudicante.

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE SÃO PAULO
JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES
COMARCA E FORO DE FRANCA
AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, Nº. 2650, RECANTO DO ITAMBÉ, FRANCA/SP
Fone: (16) 2103-9163 – franca2fam@tjsp.jus.br

II - Havendo remição ou acordo, antes da realização do leilão, será devido ao Leiloeiro Oficial, o importe de 2% (dois por cento) sobre o valor da dívida remida, a ser pago pela parte que remiu ou que postulou o acordo.

III - Será devido ao Leiloeiro Oficial, comissão de 5% sobre o valor da avaliação do bem em casos de acordo ou remição após a realização da alienação e arrematação do bem, conforme artigo 7º § 3 da Resolução 236/2016, a ser arcado pelo executado remidor.

Os percentuais/valores acima, serão pagos a título de ressarcimento das despesas de publicação de edital, intimação das partes, remoção, guarda e conservação dos bens, nos termos do art. 7º, § 3º da Resolução do CNJ 236/2016.

Se o Executado pagar a dívida na forma do artigo 826 do CPC, ou ainda, celebrar acordo, deverá apresentar até a hora e data designadas para o leilão, guia comprobatória do referido pagamento, acompanhada de petição fazendo menção expressa quanto ao pagamento integral ou acordo, sendo vedado para tal finalidade o uso do protocolo integrado.

LANCES: Havendo lances nos 3 (três) minutos antecedentes ao horário de encerramento do leilão, haverá prorrogação de seu fechamento por igual período de tempo, visando manifestação de outros eventuais licitantes (arts. 21 e 22 da Resolução 236/2016 CNJ). Os arrematantes ficam cientes desde já que não sendo efetuado o depósito da oferta com o respectivo valor acrescidos da comissão do Leiloeiro em até 24 horas, o Leiloeiro comunicará imediatamente o fato ao Juízo (Pena de sofrer as penalidades legais, conforme Artigo 335 de Código Penal), informando também os lanços imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do Juízo, sem prejuízo da aplicação de sanções legais (art. 897, do Código de Processo Civil). Caso o arrematante vencedor não efetue o pagamento no prazo determinado, será convocado o segundo colocado na disputa para formalizar a arrematação.

VISITAÇÃO: Fica autorizada a visita dos bens, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características dos mesmos. É vedado aos Senhores Depositários criarem embaraços à visita dos bens sob sua guarda, sob pena de ofensa ao art. 77, inciso IV, do CPC, ficando desde logo autorizado o uso de força policial, se necessário. Em caso de imóvel desocupado, também fica autorizado o Leiloeiro a se fazer acompanhar por chaveiro. Igualmente, fica autorizado o Leiloeiro e seus colaboradores, devidamente identificados, a vistoriar e fotografar o(s) bem(ns) constrito(s) de forma externa e interna, e inclusive a acessar as áreas comuns no caso de imóvel(eis) em Condomínio, visando efetuar a divulgação dos bens em seu site. Em caso de resistência/impedimento, deverá o Leiloeiro comunicar a situação nos autos.

Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas.

ARREMATACÃO: Assinado o auto pelo(a) Juiz(a), pelo Arrematante e pelo Leiloeiro Oficial, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE SÃO PAULO
JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES
COMARCA E FORO DE FRANCA
AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, Nº. 2650, RECANTO DO ITAMBÉ, FRANCA/SP
Fone: (16) 2103-9163 – franca2fam@tjsp.jus.br

§ 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (art. 903 caput, do CPC). Tratando-se de leilão eletrônico, o Leiloeiro Oficial poderá assinar o auto pelo arrematante, desde que autorizado por procuração.

CONDIÇÕES GERAIS: O Leiloeiro Público Oficial, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente edital, o qual se presume seja de conhecimento de todos os interessados. Ainda, não se enquadra na condição de fornecedor, intermediário, ou comerciante, sendo mero mandatário, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro.

Os licitantes deverão acompanhar a realização do leilão, permanecendo a qualquer tempo em condições de serem contatados pelo Leiloeiro Oficial para qualquer tipo de informação que se faça necessária. Eventual prejuízo causado pela impossibilidade de contato ou falta de respostas do licitante, principalmente quando este não responder prontamente aos contatos do Leiloeiro Oficial, serão de responsabilidade unicamente do próprio licitante.

Fica ciente o arrematante de que, em caso de invalidação, ineficácia, resolução ou desistência da arrematação, sem culpa do arrematante, o Leiloeiro Oficial procederá à devolução da comissão após a devida intimação e no prazo estabelecido pelo Magistrado. O valor da comissão a ser devolvido será acrescido de correção monetária, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde a data do pagamento ao Leiloeiro até a data da efetiva devolução, conforme o art. 389 do CPC, sem a incidência de juros moratórios.

Este edital está em conformidade com a resolução nº 236 de 13/07/2016 do CNJ.

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: Todas as informações necessárias para a participação dos licitantes no leilão, bem como quanto aos procedimentos e regras adotadas para sua validade, poderão ser adquiridas através da Central de Atendimento do Leiloeiro, telefone 0800 500 9968, Chat no site do Leiloeiro e também é possível, encaminhar e-mails com dúvidas à Central, através do link “Fale Conosco” ou diretamente pelo endereço contato@rigolonleiloes.com.br.

INTIMAÇÃO: Ficam desde logo intimados os executados **Melissa Bove Garcia e seu(a) cônjuge se casado(a) for**, bem como os eventuais: coproprietários; proprietário de terreno e/ou titular de: usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso; credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada; promitente comprador/vendedor; União, Estado e Município no caso de bem tombado, das datas acima, se porventura não forem encontrados para a intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do Código de Processo Civil/2015.

Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no § 1º do art. 903 do CPC será de dez dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º do Código de Processo Civil/

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE SÃO PAULO
JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES
COMARCA E FORO DE FRANCA
AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, Nº. 2650, RECANTO DO ITAMBÉ, FRANCA/SP
Fone: (16) 2103-9163 – franca2fam@tjsp.jus.br

2015). E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. Publicado e afixado no local de costume, na sede do Órgão, bem como no sítio eletrônico: **www.rigolonleiloes.com.br**.

Nesta Cidade e Comarca de Franca/SP, 13 de agosto de 2026.

LAURA MANIGLIA PUCCINELLI DINIZ.
JUÍZA DE DIREITO